



## PARTE J

### MG FUNDOS — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, S. A.

#### Relatório n.º 1-AU/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 2320; identificação de pessoa colectiva n.º 502608722; data da apresentação: 22 de Abril de 2004.

Maria de Lurdes Sancha Alves Carreira Mónico, ajudante principal, na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica para efeitos de publicação que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2003 cuja publicação se pretende na íntegra.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 11 de Maio de 2005. — A Ajudante Principal, *Maria de Lurdes Sancha Alves Carreira Mónico*.

#### Relatório e contas de 2003

#### Relatório de gestão do conselho de administração

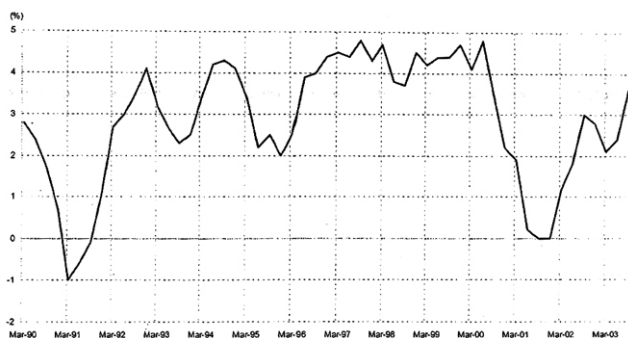
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetem-se à apreciação de VV. Ex.<sup>as</sup> o relatório de gestão, o balanço e os documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

#### 1 — Enquadramento macroeconómico

A economia mundial apresentou um forte crescimento na segunda metade de 2003, correspondendo assim aos estímulos induzidos pelas políticas expansionistas adoptadas. Por outro lado, parecem existir as condições para um crescimento económico global sincronizado, com as economias norte americana e asiáticas, nomeadamente a China, a evidenciarem-se, é o Japão e a Europa a consolidarem a modesta e recente tendência de recuperação das suas economias. O crescimento anual terá atingido os 3,6% contra os 3,1% observados em 2002.

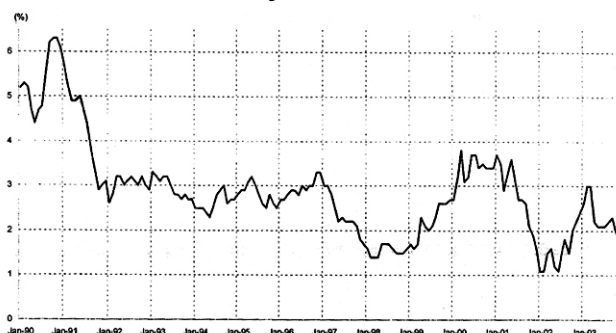
A economia norte americana foi marcada por um sentimento negativo por parte dos empresários e consumidores. No início do ano, o indicador de confiança empresarial estava a um nível historicamente baixo, contribuindo para os reduzidos valores de investimento e contratações no sector. As políticas expansionistas agressivas adoptadas pelo FED começaram a surtir efeitos no 3.º trimestre, período em que a economia cresceu a uma taxa anualizada de 8,2%, após os modestos 2% e 3,1% registados no 1.º e 2.º trimestres, respectivamente. A taxa anual subiu de 2,8% registado em Dezembro de 2002 para 4,3% no final do ano.

#### PIB nos EUA



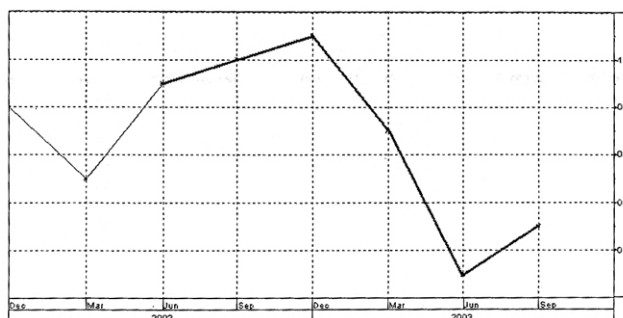
No que respeita à inflação, 2003 foi um ano de combate à deflação nos EUA, através de políticas monetárias agressivas. Apesar deste risco ainda não ter desaparecido por completo, os últimos indicadores económicos e a subida do preço das matérias-primas diminuiu claramente a sua preponderância.

#### Inflação nos EUA



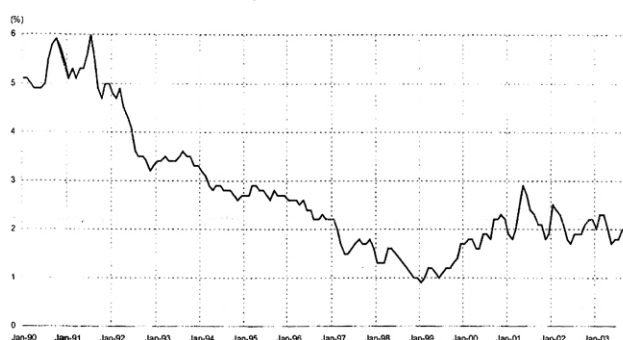
A economia europeia continuou a apresentar indicadores económicos modestos. No entanto, após um crescimento negativo no 2.º trimestre, os três meses posteriores apresentaram uma evolução positiva, tendo aquele indicador registado +0,3%. Tal ficou a dever-se ao efeito do aumento das exportações, que beneficiaram com a melhoria do contexto internacional. O 4.º trimestre deverá confirmar esta tendência, estimando-se que o crescimento no final do ano se situe em 0,5%.

#### Taxa anual de crescimento económico na zona euro



Na Europa, a taxa de inflação apresentou um comportamento benigno, tendo oscilado em torno do limite de 2% fixado pelo BCE, não apresentando tendências preocupantes em termos de pressões inflacionistas ou deflacionistas.

#### Inflação na zona euro

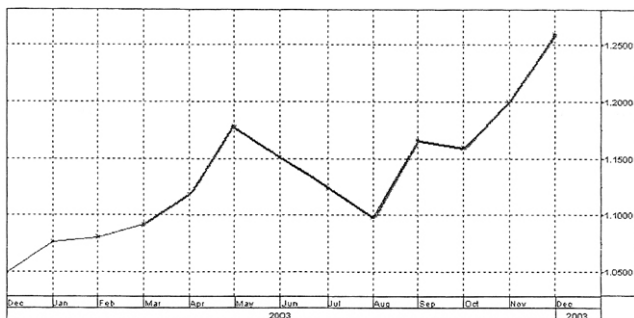


#### 2 — Mercados financeiros

##### 2.1 — Mercados cambiais

O euro (EUR) valorizou-se contra o dólar norte-americano (USD), tendo cotado acima de 1,25, contra os 1,07 observados no início do ano. A valorização do Euro levanta questões relativamente à competitividade dos produtos europeus e respectivo impacto na actividade exportadora; por outro lado, é benéfico para a procura interna, nomeadamente para o consumidor, que beneficia devido à quebra dos preços dos produtos importados. O impacto deverá fazer-se sentir nos primeiros meses do corrente ano.

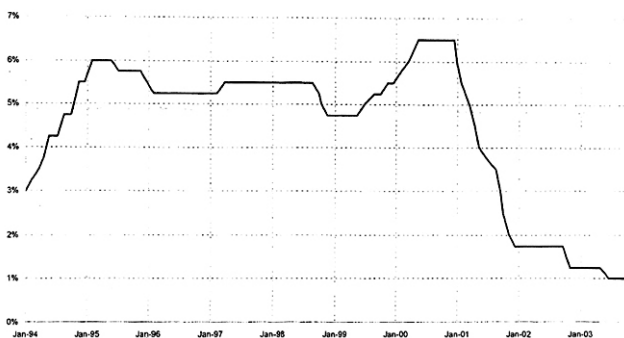
EUR/USD em 2003



2.2 — Mercado monetário

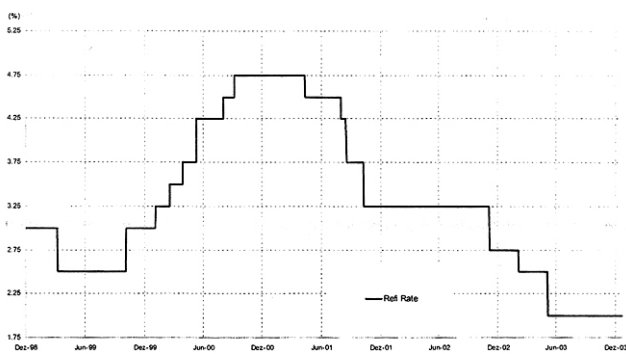
A Reserva Federal Norte Americana (FED) manteve uma política monetária expansionista, situando a taxa de juro de referência, no final do ano, em 1%, mantendo-se assim cautelosa face aos primeiros sinais de recuperação económica. De salientar que, na óptica do FED, estão reunidas as condições para o crescimento económico: taxas de juro reais baixas, nível de liquidez do mercado elevado e um mercado de crédito activo.

Fed funds rate



À semelhança do que aconteceu com o congénere norte americano, o Banco Central Europeu adoptou uma política monetária expansionista, atendendo às fracas condições económicas prevaletentes e à inexistência de pressões inflacionistas.

Taxa refi do BCE



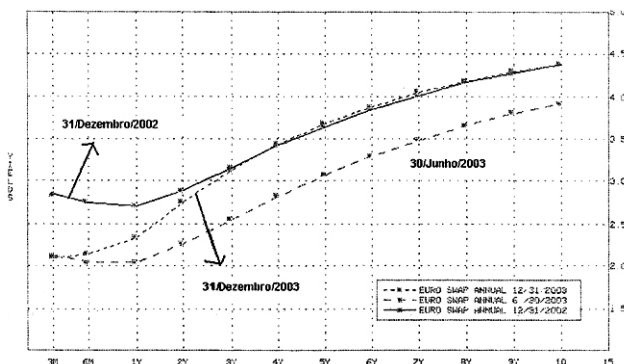
2.3 — Mercados de obrigações

A curva de taxas de juro norte-americana acompanhou a evolução do cenário macro económico. Assim, em Junho, os yields registavam

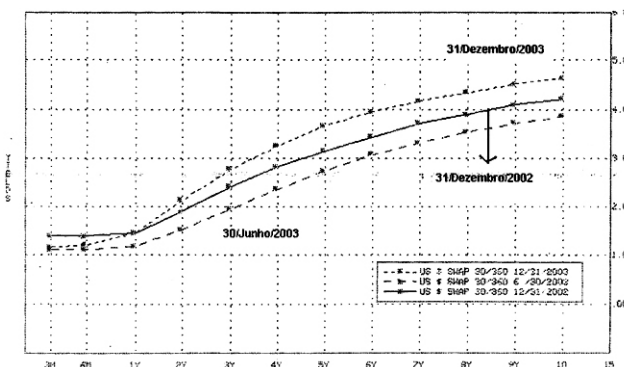
níveis inferiores aos observados no final de 2002, o que espelhava as dúvidas do mercado relativamente aos efeitos das políticas expansionistas. No entanto, e nomeadamente a partir do 3.º trimestre, com os primeiros sinais de crescimento económico a surgirem, a reacção foi de subida das taxas de médio/longo prazos, tornando a curva de taxas de juro mais inclinada.

A curva de taxas de juro na zona euro apresentou um comportamento semelhante à da sua congénere norte americana, ou seja, uma tendência de inclinação positiva a partir de meados do ano. No entanto, as taxas não subiram comparativamente ao final de 2002, o que se deve à tímida recuperação da economia europeia, ao contrário do que sucede com a economia dos EUA.

Curva de rendimento na zona euro



Curva de rendimentos nos EUA



2.4 — Mercados accionistas

Após um 1.º trimestre bastante difícil, os principais mercados accionistas recuperaram gradualmente, tendo esta tendência sido mais acentuada no último trimestre do ano. Como tal, o ano de 2003 encerrou com ganhos substanciais, pondo fim a um período de três anos de perdas.

Este desempenho foi conseguido graças a uma gradual melhoria do sentimento dos investidores, à medida que os indicadores confirmavam uma recuperação sustentada das várias economias, sobretudo a norte americana. Esta recuperação é o resultado visível de uma política de taxas de juro baixas, seguida tanto pela Reserva Federal norte-americana como pelo BCE, e também de uma política fiscal expansionista.

Como tal, empresas que, nos últimos três anos, dedicaram muito do seu esforço a reduzir custos, esperam agora poder obter ganhos substanciais com o incremento de vendas. Este conjunto de factores foi suficiente para ultrapassar qualquer nervosismo resultante de outras notícias potencialmente menos positivas, tais como da valorização do euro contra o dólar norte-americano, a subida sustentada do preço do petróleo ou os atentados terroristas na Turquia.

índice	País/zona	2002	2003	Valorização (percentagem)	
				Moeda local	Euro
Dow Jones .....	EUA	8 341,63	10 453,92	25,32	4,77
S&P 500 .....	EUA	879,82	1 111,92	26,38	5,66
NASDAQ .....	EUA	1 335,51	2 003,37	50,01	25,41
Nikkei 225 .....	Japão	8 578,95	10 676,64	24,45	14,92
FTSE 100 .....	Reino Unido	3 940,4	4 476,9	13,62	5,18

índice	País/zona	2002	2003	Valorização (percentagem)	
				Moeda local	Euro
SMI .....	Suiça	4 630,80	5 487,80	18,51	10,22
DAX .....	Alemanha	2 892,63	3 965,16	37,08	37,08
CAC 40 .....	França	3 063,91	3 557,90	16,12	16,12
AEX .....	Holanda	322,73	337,65	4,62	4,62
MIB 30 .....	Itália	23 886,00	26 715,00	11,84	11,84
IBEX 35 .....	Espanha	6 036,90	7 737,20	28,17	28,17
HEX 25 .....	Finlândia	1 293,16	1 530,98	18,39	18,39
BEL 20 .....	Bélgica	2 025,04	2 244,18	10,82	10,82
ISEQ .....	Irlanda	3 995,03	4 920,73	23,17	23,17
PSI 30 .....	Portugal	5 824,70	6 747,41	15,84	15,84
DJ Euro Stoxx 50 .....	Euro-11	2 386,41	2 760,66	15,68	15,68

### 3 — Actividade dos fundos mobiliários em Portugal

No ano de 2003 importa destacar como acontecimentos mais importantes:

Decreto-Lei n.º 252/2003, de 17 de Outubro.

A 17 de Outubro foi aprovado o Decreto-Lei n.º 252/2003, que visa efectuar a transposição para o ordenamento jurídico interno das directivas n.ºs 2001/107/CE e 2001/108/CE. A nova legislação entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2004, estando, no entanto, previsto um período de adaptação de dois anos, para os fundos actualmente existentes.

As alterações agora introduzidas podem ser sintetizadas em três grandes áreas:

Sociedade gestora;  
Fundo de Investimento (OICVM);  
Informação.

1 — Sociedade gestora — O principal relevo vai para o alargamento do objecto social das sociedades gestoras de fundos de investimentos, que passarão a estar autorizadas a exercer também a actividade de gestão discricionária e individualizada de carteiras, consultoria de investimentos, gestão de fundos de investimento imobiliário e de fundos de capital de risco.

Esta nova realidade permitirá a transformação das actuais sociedades gestoras em sociedades de gestão de activos, com o âmbito das suas actividades alargado, com claros benefícios, quer em termos de capitais próprios utilizados, quer em termos da adaptação da estrutura de custos à actividade desenvolvida.

2 — Fundo de Investimento (OICVM) — Visa essencialmente tornar mais flexível a política de investimentos autorizada, tendo como consequência mais relevante o facto dos OICVMs poderem ser comercializados em todo o espaço da União Europeia (passaporte europeu).

3 — Informação — Nesta área, consagrou-se a figura do prospecto simplificado, como documento de comercialização por excelência, também no estrangeiro, e mantendo-se a entrega obrigatória aos participantes do prospecto completo, que deve integrar o regulamento de gestão.

Regulamento geral dos OIC n.º 15/2003, da CMVM:

Em complemento ao Decreto-Lei n.º 252/2003, foi aprovado o Regulamento n.º 15/2003, da CMVM.

Deste modo, os fundos de investimento já constituídos à data da publicação do presente regulamento continuam sujeitos ao regime anterior, devendo proceder à sua adaptação ao novo regime até 31 de Dezembro de 2005. A constituição de novos OIC fica integralmente sujeita às disposições do novo regulamento.

Aproveitou-se para se proceder a uma revisão da regulamentação aplicável aos fundos de investimento, com a simplificação e sistematização das normas anteriores num único diploma.

No domínio das alterações regulamentares agora introduzidas é importante destacar:

A definição das tipologias de OIC, em função dos respectivos activos;

A informação a prestar aos investidores;  
As medidas de desempenho e risco;

A regulamentação da matéria das designadas *soft e hard commissions*;  
A flexibilidade conferida à fusão de organismos de investimento colectivo, bem como a revisão que foi efectuada das regras relativas à utilização de instrumentos financeiros derivados.

Conversão para IAS/IFRS (International Accounting Standard/International Financial Reporting Standard):

A Comissão Europeia, através do regulamento n.º 1606/2002, publicado em Julho 2002, tornou obrigatória a adopção, por todos os emittentes de valores mobiliários cotados, das normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS), na informação financeira consolidada prestada a partir de 2005.

Deste modo, a CEMG, juntamente com a KPMG, realizou em 15 de Outubro uma reunião para preparação da CEMG e participadas para a respectiva conversão.

Ficou acordado que a MG Fundos só participará numa fase final, agendada para o 4.º trimestre de 2004.

Regulamento da CMVM n.º 16/2003 — Contabilidade dos FIMs:

A CMVM procedeu à revisão pormenorizada das regras contabilísticas aplicáveis aos OICs, com a introdução de regras e contas necessárias ao funcionamento da nova figura do OIC, conforme regulamento n.º 15/2003.

A sua aplicação é obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2005.

### 4 — Actividade da MG Fundos em 2003

O ano de 2003 ficou marcado pela consolidação da posição da sociedade no mercado, quer através da oferta de uma família completa de fundos, quer pela intensificação da comercialização junto dos novos canais de distribuição à distância (Internet, banca telefónica e ATMs). Acompanhando a recuperação dos mercados em 2003, o valor total dos activos geridos subiu cerca de 15,1%, o que compara muito favoravelmente com um crescimento do mercado em 10,9%. Tal permitiu à sociedade aumentar a sua quota de mercado para 1,51%.

No sentido de promover e dinamizar os nossos fundos na rede comercial da Caixa Económica Montepio Geral foi criado um novo produto, denominado MG Poupança Mista, que combina uma aplicação de depósito a prazo com Fundos de Investimento Mobiliário. Trata-se de uma aplicação financeira a um ano, constituída em 50% por depósitos a prazo e em 50% por Fundos de Investimento Mobiliário, escolhidos pelo cliente.

As vantagens da oferta deste produto são óbvias, pois permitem o alargamento e a fidelização da base de clientes através da rede de comercialização de fundos — a CEMG. Visa apresentar soluções que possam constituir alternativas de aplicações financeiras e de investimento aos nossos clientes.

O objectivo primordial é o aumento do número de unidades de participação em circulação, tentando captar novos clientes para os fundos de investimento e, simultaneamente, aumentar o número de fundos detidos pelos actuais clientes.

#### 4.1 — Valor de activos geridos

O valor total dos fundos em gestão ascendeu, em 31 de Dezembro de 2003, a 344,2 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 15,1% em relação ao ano anterior.

## Valor dos fundos em gestão

(Em euros)

Fundos	Montantes sob gestão		Variação	
	2003	2002	Valor	Porcentagem
MG Tesouraria .....	271 905 442	233 724 371	38 181 071	16,3
MG Obrigações .....	16 982 449	17 620 868	— 638 419	— 3,6
MG Acções .....	21 583 273	17 723 637	3 859 636	21,8
MG Renda Mensal .....	8 491 392	6 911 702	1 579 690	22,9
MG Monetário .....	6 859 789	8 151 303	— 1 291 514	— 15,8
MG Taxa Fixa .....	4 937 553	4 030 005	907 548	22,5
MG Obrigações Agressivo .....	1 912 468	1 228 495	683 973	55,7
MG Acções Europa .....	3 578 984	2 702 223	876 761	32,4
Multi Gestão Prudente — FF .....	1 832 080	1 871 120	— 39 040	— 2,1
Multi Gestão Equilibrada — FF .....	1 737 244	1 677 846	59 398	3,5
Multi Gestão Dinâmica — FF .....	4 422 861	3 526 154	896 707	25,4
<i>Total</i> .....	344 243 535	299 167 724	45 075 811	15,1

O acréscimo dos activos sob gestão (15,1%) foi superior à média do mercado (10,9%). O Fundo que mais contribuiu para este aumento foi o MG Tesouraria, que ganhou cerca de 38,2 milhões de euros de activos sob gestão (+ 16,3%).

## Unidades de participação dos fundos em gestão em 2003

Fundos	Montantes sob gestão		Variação	
	2003	2002	Valor	Porcentagem
MG Tesouraria .....	3 036 179	3 465 056	428 877	14,1
MG Obrigações .....	229 083	215 833	— 13 250	— 5,8
MG Acções .....	262 133	269 422	7 289	2,8
MG Renda Mensal .....	138 567	170 237	31 670	22,9
MG Monetário .....	136 989	113 235	— 23 754	— 17,3
MG Taxa Fixa .....	67 487	80 525	13 038	19,3
MG Obrigações Agressivo .....	23 853	36 763	12 910	54,1
MG Acções Europa .....	104 438	117 792	13 354	12,8
Multi Gestão Prudente — FF .....	41 624	40 213	— 1 411	— 3,4
Multi Gestão Equilibrada — FF .....	41 898	42 033	135	0,3
Multi Gestão Dinâmica — FF .....	120 896	141 661	20 765	17,2
<i>Total</i> .....	4 203 147	4 692 770	489 623	11,6

Em termos de número de unidades de participação, convém destacar a subida de 54,1% do fundo MG Obrigações Agressivo, embora o maior impacto sobre o total gerido tenha sido provocado pelo crescimento de 14,1% do MG Tesouraria.

## Quota de mercado e ranking

(Em milhares de euros)

Designação	2003	2002	Variação (porcentagem)
MG Fundos .....	344 244	299 168	15,1
Total FIMs .....	22 857 410	20 608 418	10,9
Quota mercado (em percentagem) .....	1,51	1,45	
Ranking .....	8.º	8.º	

Fonte. — APFIPP (ex-APFIN).

Na sequência do aumento dos activos geridos, a nossa quota de mercado, de acordo com os dados da APFIPP, subiu de 1,45% para 1,51%.

Em termos de *ranking*, mantivemos o 8.º lugar, logo atrás dos grandes grupos bancários Portugueses (CGD, BCP, BES, BPI) e dos grandes Bancos Europeus a operar em Portugal (Santander, Barclays, BBVA).

É importante notar o terceiro lugar do Grupo Santander que, através de uma política agressiva, quer em termos de *marketing*, quer em termos de oferta do produto, tem vindo a aumentar a sua quota de mercado e a aproximar-se das dos Grupos BCP e CGD.

## 4.2 — Valorização dos fundos geridos

As rendibilidades obtidas pelos diversos Fundos no exercício findo constam do quadro seguinte, que também inclui as registadas no exercício anterior, para efeitos de comparação, sendo de destacar que as mesmas posicionam os nossos fundos em lugares de destaque no *ranking* (comparação com as rendibilidades dos outros fundos do mesmo tipo).

## Rendibilidade anual dos fundos em gestão

(Em percentagem)

Fundos	2003	2002
MG Monetário .....	1,81	2,02
MG Tesouraria .....	1,94	2,45

(Em percentagem)

Fundos	2003	2002
MG Obrigações .....	2,31	2,17
MG Renda Mensal .....	2,71	1,94
MG Taxa Fixa .....	2,68	5,51
MG Obrigações Agressivo .....	1,03	— 0,35
MG Acções .....	18,65	— 26,44
MG Acções Europa .....	17,70	— 33,24
Multi Gestão Prudente — FF .....	1,60	— 6,18
Multi Gestão Equilibrada — FF .....	3,48	— 11,98
Multi Gestão Dinâmica — FF .....	7,57	— 27,96

## Rendibilidade anual em 2003 — Comparação com o sector

Fundos	MG Fundos	Sector (a)	Ranking
MG Monetário .....	1,81	1,30	1.º de 3
MG Tesouraria .....	1,94	1,49	5.º de 19
MG Obrigações .....	2,31	2,10	10.º de 19
MG Renda Mensal .....	2,71	2,10	6.º de 19
MG Taxa Fixa .....	2,68	2,99	6.º de 13
MG Obrigações Agressivo (b) .....	1,03	—	—
MG Acções .....	18,65	10,79	1.º de 14
MG Acções Europa .....	17,70	10,79	2.º de 14
Multi Gestão Prudente — FF (c) .....	1,60	—	—
Multi Gestão Equilibrada — FF (c) .....	3,48	—	—
Multi Gestão Dinâmica — FF .....	7,57	10,84	9.º de 15

(a) Média ponderada das rendibilidades anuais dos fundos do mesmo tipo.

(b) Não existe na APFIPP sector para classificar este fundo.

(c) Pelo facto de termos um valor inferior ao mínimo legal, não têm classificação sectorial, estando nos fundos diversos.

Fonte. — APFIPP (ex-APFIN).

## 4.3 — Resultados do exercício

Os resultados do exercício findo em 2003 ficaram-se pelos 58 877 euros, apresentando um decréscimo de 71 941 euros, ou seja, menos 55%, em relação ao ano anterior. Contudo, comparativamente com o valor orçamentado, o resultado do exercício foi superior em cerca de 14,4%.

A actividade desenvolvida durante o exercício de 2003 permitiu gerar comissões no valor de 808 615 euros, constituindo a principal rubrica dos proveitos (93,3% do total).

Pese embora o crescimento dos activos sob gestão de 15,1%, em 2003, o mesmo crescimento não foi traduzido nas comissões de gestão, em comparação com 2002 (— 12%).

De facto, é importante referir que, no último trimestre de 2002, existiu uma quebra acentuada e inesperada do valor dos activos em gestão, de cerca de 10%, o que condicionou o valor das comissões durante 2003. Deve acentuar-se que o valor médio de activos em 2003 foi inferior ao verificado no ano anterior.

Os gastos gerais administrativos, no total de 213 181 euros, registaram um acréscimo pouco significativo de 11 578 euros (+ 5,7%), devido ao rigor no controlo de custos e na execução orçamental (aumento de apenas 1,2%).

## 5 — Evolução previsível da actividade para 2004

A introdução do Decreto-Lei n.º 252/2003 irá permitir o alargamento da actividade de gestão discricionária à actividade de gestão de fundos. Nesse sentido, a Sociedade irá desenvolver as acções conducentes ao alargamento do seu objecto social (designadamente junto do Banco de Portugal e da CMVM), de modo a, posteriormente, proceder à incorporação da actividade da MG Patrimónios. A sociedade deverá ainda proceder à alteração da sua designação e estatutos, de forma a adequá-la às suas actividades futuras.

Em termos orçamentais, mantém-se uma política de controlo de custos, traduzida num esforço constante na obtenção de sinergias, e crescimento moderadamente optimista de activos sob gestão na ordem dos 10%.

## 6 — Proposta para aplicação de resultados

Para aplicação do resultado líquido do exercício, o conselho de administração submete à assembleia geral a seguinte proposta (em euros):

Para reservas legais .....	5 887,70
Para reservas livres .....	29,29
Para dividendos .....	52 960,00
	<u>58 876,99</u>

## 7 — Agradecimentos

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para exprimir o seu agradecimento a todas as entidades que deram o seu contributo para o desenvolvimento da actividade da sociedade, nomeadamente:

Ao Banco de Portugal e à CMVM, pela disponibilidade e apoio dispensados;

A Caixa Económica Montepio Geral, pelo seu empenhamento na promoção e comercialização das unidades de participação dos fundos, bem como na sua qualidade de banco depositário;

Ao conselho fiscal, pela colaboração prestada;

Aos participantes, pela confiança depositada na sociedade, que, aliás, constituem a sua razão de ser;

Aos trabalhadores da sociedade, sem os quais os resultados obtidos não teriam sido possíveis.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2004. — O Conselho de Administração: *Alberto José dos Santos Ramalheira*, presidente — *António Augusto de Almeida*, vogal — *Pedro Maria Bleck da Silva*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal — *Manuel Quelhas Gomes*, vogal.

## Anexo ao relatório do conselho de administração

Lista de accionistas  
(n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais)

Titular	Número de acções	Porcentagem do capital social
Montepio Geral — Associação Mutualista	159 770	99,85625

Lista das participações dos membros de órgãos sociais  
(n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Assembleia geral:

Presidente: António de Seixas da Costa Leal.

Vice-presidente: Manuel Lopes da Silva.

Secretário: José Alexandre Saraiva Rua.

Conselho de administração:

Presidente: Alberto José dos Santos Ramalheira:

Titular	Número de acções	Porcentagem do capital social	Cargo
Montepio Geral — Associação Mutualista .....	159 770	99,85625	Administrador
Caixa Económica Montepio Geral .....	200	0,12500	Administrador

Vogal: António Augusto de Almeida:

Titular	Número de acções	Porcentagem do capital social
António Augusto de Almeida .....	10	0,00625

Vogais:

Pedro Maria Bleck da Silva.  
Virgílio Manuel Boavista Lima.  
Manuel Quelhas Gomes.

Conselho fiscal:

Presidente: Santiago Jorge Alves Planas Almasqué.  
Revisor oficial de contas: António Neto da Silva Pontão.  
Vogal: Vítor da Silva Ruivo.

O Conselho de Administração: *Alberto José dos Santos Ramalheira*, presidente — *António Augusto de Almeida*, vogal — *Pedro Maria Bleck da Silva*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal — *Manuel Quelhas Gomes*, vogal.

**Balço em 31 de Dezembro de 2003**

## ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2003			2002 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
10+11+130	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	405,99	—	405,99	428,83
12+13-130	2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito .....	1 204 696,25	—	1 204 696,25	1 269 483,48
20+21+280+ 281+2880+ 2881+2890+ 2891-29000- 29001-29010- 29011-2951	3 — Outros créditos sobre instituições de crédito .....	—	—	—	—
16+22+23+ 282+283+287+ 2882+2883+ 2887+2892+ 2893+2897- 29002-29003- 29012-29013- 29017-2952	4 — Créditos sobre clientes .....	—	—	—	—
240+241+245+ 255+2480+250+ 251+2580+26+ 2840+2884+ 2894-290140- 2920-2921- 2925-2953	5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo ..	244 920,86	—	244 920,86	250 577,18
2400+2401+ 2410+2500+ 2501+2510+ 2600+2601+ 2610+2840+ 2884+2894- 290140 (1)- 29200-29210- 2925-2953	a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos .....	244 920,86	—	244 920,86	250 577,18

(Em euros)

Código das contas		2003			2002 (líquido)
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	
2402+2411+ 2412+245+ 255+2480+ 2502+2511+ 2512+2580+ 2602+2611+ 2612+2840+ 2884+2894- 290140 (²)- 29209-29219- 2925-2953	b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores .....	-	-	-	-
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias) .....	-	-	-	-
243+244+245+ 255+2481- 24810+2490- 2491-253+254+ 2581-25810+ 2481-290141- 291-2923-2924- 2925-2953+ 5624 (dev.)	6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
400-190	7 — Participações .....	-	-	-	-
401-491	8 — Partes de capital em empresas coligadas .....	-	-	-	-
41+460+ 4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas .....	131 127,10	101 978,36	29 148,74	17 408,90
42+461+462+ 463+468+ 4691-482	10 — Imobilizações corpóreas .....	137 741,73	107 558,13	30 183,60	57 784,35
420+4280+ 461-4820- 48280	(Dos quais: imóveis) .....	-	-	-	-
27003	11 — Capital subscrito não realizado .....	-	-	-	-
24810+25810	12 — Acções próprias ou partes de capital próprias ....	-	-	-	-
14+15+19+27- 27003-29007- 2959-299+402+ 409-499	13 — Outros activos .....	24 908,57	-	24 908,57	16 295,56
51+55+ 56 (dev.) (³)+ 58 (dev.)+59 (⁴)	15 — Contas de regularização .....	110 103,32	-	110 103,32	103 637,38
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício .....	-	-	-	-
	<i>Total do activo</i> .....	<u>1 853 903,82</u>	<u>209 536,49</u>	<u>1 644 367,33</u>	<u>1 715 615,68</u>

## PASSIVO

Código das contas		2003	2002
30+31+35 (⁶)	1 — Débitos para com instituições de crédito .....	-	-
30020+30120+ 30220+31020+ 31220+31320+ 31920	a) À vista .....	-	-
1-1a)	b) A prazo ou com pré-aviso .....	-	-
32+33+35 (⁶)	2 — Débitos para com clientes:		
3213+3223	a) Depósitos de poupança .....	-	-
32-3213-3223+ 33+35	b) Outros débitos .....	-	-
3200+3210+ 3220+3230	ba) À vista .....	-	-
b)-ba)	bb) A prazo .....	-	-

		(Em euros)	
Código das contas		2003	2002
34	3 — Débitos representados por títulos .....	—	—
341	a) Obrigações em circulação .....	—	—
340+342+349	b) Outros .....	—	—
36+39	4 — Outros passivos .....	60 199,26	80 385,46
52+54+			
58 (cred.)+	5 — Contas de regularização .....	120 105,89	112 545,03
58 (cred.)+			
59 (é)			
610+611+	6 — Provisões para riscos e encargos .....	—	—
612+613			
612	a) Provisões para pensões e encargos similares .....	—	—
610+611+613	b) Outras provisões .....	—	—
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais .....	—	—
60	8 — Passivos subordinados .....	—	—
62	9 — Capital subscrito .....	800 000	800 000
632	10 — Prémios de emissão .....	—	—
630+631+	11 — Reservas .....	605 185,19	591 867,25
635+639			
633	12 — Reservas de reavaliação .....	—	—
66	13 — Resultados transitados .....	—	—
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício .....	58 876,99	130 817,94
<i>Total do passivo</i> .....		<u>1 644 367,33</u>	<u>1 715 615,68</u>

(1) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos.

(2) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

(3) Excepto 5624, cujo saldo devedor é considerado na rubrica 6.

(4) Conforme o saldo global do razão (quando saldo devedor > saldo credor).

(5) Conforme o saldo global do razão (quando saldo credor > saldo devedor).

(6) Na rubrica «1 — Débitos para com instituições de crédito» é incluída a parte do saldo relativa a recursos de instituições de crédito e na rubrica «2 — Débitos para com clientes», a parte respeitante a recursos de terceiros.

O Conselho de Administração: *Alberto José dos Santos Ramalheira*, presidente — *António Augusto de Almeida*, vogal — *Pedro Maria Bleck da Silva*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal — *Manuel Quelhas Gomes*, vogal. — O Responsável pela Contabilidade, *(Assinatura ilegível)*.

### Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2003

#### DÉBITO

Código das contas		2003	2002
<b>A) Custos</b>			
70	1 — Juros e custos equiparados .....	—	—
71	2 — Comissões .....	44 375,99	18 561,58
72	3 — Prejuízos em operações financeiras .....	5 679,16	5 679,69
73+74	4 — Gastos gerais administrativos .....	673 766,27	624 174,37
73	a) Custos com pessoal .....	460 585,04	422 570,68
Dos quais:			
730+731	(— salários e vencimentos) .....	(373 887,95)	(344 113,04)
732+733	(— encargos sociais) .....	(86 697,09)	(78 457,64)
Dos quais:			
73290+73291+	(— com pensões) .....	—	—
73292			
74	b) Outros gastos administrativos .....	213 181,23	201 603,69
78	5 — Amortizações do exercício .....	30 932,89	39 932,13
77	6 — Outros custos de exploração .....	6 850,00	6 795,91
790+791+792+	7 — Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos .....	—	—
793+795+799			
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras .....	—	—
	10 — Resultado da actividade corrente .....	(105 027,86)	(190 112,82)
671	11 — Perdas extraordinárias .....	7 444,20	12 517,69
68	13 — Impostos sobre lucros .....	37 988,55	62 640,52
76	14 — Outros impostos .....	1 081,27	1 070,40
69	15 — Lucro do exercício .....	58 876,99	130 817,94
<i>Total</i> .....		<u>866 995,32</u>	<u>902 190,23</u>



## CRÉDITO

(Em euros)

Código das contas		2003	2002
<b>B) Proveitos</b>			
80	1 — Juros e proveitos equiparados .....	58 017,65	63 888,92
	Dos quais:		
80240/1/5+ 80250/1/5+8026	(— de títulos de rendimento fixo) .....	(24 899,95)	(24 899,85)
81	2 — Rendimento de títulos .....	—	—
81–81400–81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações .....	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
82	3 — Comissões .....	808 614,52	821 367,58
83	4 — Lucros em operações financeiras .....	—	—
840+841+842+ 843+845+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos .....	—	—
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de immobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas .....	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração .....	—	—
	8 — Resultado da actividade corrente .....	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários .....	363,15	16 933,73
69	11 — Prejuízo do exercício .....	—	—
<i>Total</i> .....		866 995,32	902 190,23

O Conselho de Administração: *Alberto José dos Santos Ramalheira*, presidente — *António Augusto de Almeida*, vogal — *Pedro Maria Bleck da Silva*, vogal — *Virgílio Manuel Boavista Lima*, vogal — *Manuel Quelhas Gomes*, vogal. — O Responsável pela Contabilidade, (*Assinatura ilegível*.)

### Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003

Nota introdutória:

A MG Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A. (sociedade), foi constituída em 17 de Maio de 1991, com a designação de Fiseco Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., tendo adoptado a actual denominação em 27 de Janeiro de 1993. A sociedade tem por objecto a administração, gestão e representação de fundos de investimento mobiliário abertos, cujo detalhe se indica na nota n.º 32.

Conforme indicado em maior detalhe na nota n.º 29, a sociedade é detida maioritariamente pelo Grupo Montepio Geral e, consequentemente, as operações e transacções da Sociedade são influenciadas pelas decisões do Grupo.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à sociedade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

3 — Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios*. — Os proveitos e custos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados na demonstração de resultados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) *Comissão de gestão*. — A comissão de gestão corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos fundos. Esta

comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa, definida nos respectivos regulamentos de gestão, sobre o património líquido dos fundos, sendo registada na rubrica de comissões (proveitos) da demonstração de resultados.

c) *Aplicações em títulos*. — Os títulos da dívida pública são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos contabilizados como proveitos a receber na rubrica de contas de regularização do activo (nota n.º 27). A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. As menos-valias potenciais face ao valor de mercado são integralmente provisionadas.

d) *Imobilizações incorpóreas*. — As immobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, despesas com publicidade relacionadas com o lançamento dos fundos de investimento e com a aquisição de software. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

e) *Imobilizações corpóreas*. — As immobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição, líquido de amortizações acumuladas. As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem a uma vida útil estimada dos activos de:

	Anos
Mobiliário e material .....	8
Equipamento administrativo .....	5
Equipamento informático .....	4
Equipamento de transmissão .....	10
Equipamento de transporte .....	4

f) *Contas extra-patrimoniais*. — Os fundos mobiliários geridos pela Sociedade encontram-se reflectidos em contas extra-patrimoniais pelo respectivo valor do fundo no final de cada exercício.

7 — A totalidade do montante inscrito na rubrica 5 do activo (obrigações e outros títulos de rendimento fixo) vencerá em 2005 e 2006.

8 — O crédito representado na rubrica 2 do activo diz respeito a depósito à ordem na Caixa Económica Montepio Geral.

10 — Inventário da carteira de títulos, de acordo com o modelo apresentado no anexo III.

11 — Movimentos e saldo do activo imobilizado, de acordo com o modelo apresentado no anexo IV.

25 — Os títulos constantes na rubrica 5 do activo são considerados de Investimento pelo facto de assumirem um carácter duradouro.

27 — Contas de regularização:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
<b>Activo:</b>		
Outros proveitos a receber .....	71 122	63 472
Juros a receber de títulos .....	24 079	23 915
Despesas com custo diferido .....	14 902	16 250
	<u>110 103</u>	<u>103 367</u>
<b>Passivo:</b>		
Provisão para férias e subsídio de férias .....	57 890	51 393
Outros .....	62 216	61 152
	<u>120 106</u>	<u>112 545</u>

28 c) — A diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos — investimento e a vencimento e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no valor de mercado, está reflectida no Anexo III.

29 — Capital subscrito:

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da sociedade era constituído por 160 000 acções com o valor nominal de cinco euros cada, totalmente subscritas e realizadas, assim distribuídas:

	Número de acções	Montante	Porcentagem
Montepio Geral Associação Mutualista .....	159 770	798 850	99,86
Caixa Económica Montepio Geral .....	200	1 000	0,12
Outros .....	30	150	0,02
	<u>160 000</u>	<u>800 000</u>	<u>100,00</u>

31 — Outros activos e outros passivos:

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de outros activos tem a seguinte composição:

Outros activos:

	2003	2002
<b>Devedores:</b>		
Impostos a recuperar .....	9 703	13 349
Outros .....	15 205	2 947
	<u>24 908</u>	<u>16 296</u>

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 a rubrica de impostos a recuperar corresponde à retenção na fonte relativas a resgates efectuados por entidades isentas.

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, a rubrica de outros passivos, tem a seguinte composição:

Outros passivos:

	2003	2002
<b>Fornecedores:</b>		
Caixa Económica Montepio Geral .....	30 316	19 712
Outros .....	6 102	3 757
<b>Sector público administrativo:</b>		
IRC a pagar .....	7 608	42 420
Contribuições para a segurança social .....	7 816	6 809
Retenção de imposto na fonte .....	6 276	5 310
IVA a pagar .....	1 811	2 116
Rendimentos prediais .....	270	261
	<u>60 199</u>	<u>80 385</u>

## 32 — Fundos geridos:

Os fundos administrados pela sociedade são fundos abertos de investimento mobiliário, constituídos por prazo indeterminado, tendo sido autorizados pelas respectivas portarias do Ministro das Finanças e por deliberação do conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Sociedade o valor sob gestão dos Fundos de Investimento Mobiliário Abertos é o seguinte:

## Valor dos Fundos em Gestão:

Fundos	(Em euros)			
	Montantes sob gestão		Variação	
	2003	2002	Valor	Porcentagem
MG Tesouraria .....	271 905 442	233 724 371	38 181 071	16,3
MG Obrigações .....	16 982 449	17 620 868	— 638 419	— 3,6
MG Acções .....	21 583 273	17 723 637	3 859 636	21,8
MG Renda Mensal .....	8 491 392	6 911 702	1 579 690	22,9
MG Monetário .....	6 859 789	8 151 303	— 1 291 514	— 15,8
MG Taxa Fixa .....	4 937 553	4 030 005	907 548	22,5
MG Obrigações Agressivo .....	1 912 468	1 228 495	683 973	55,7
MG Acções Europa .....	3 578 984	2 702 223	876 761	32,4
Multi Gestão Prudente – FF .....	1 832 080	1 871 120	— 39 040	— 2,1
Muiti Gestão Equilibrada – FF .....	1 737 244	1 677 846	59 398	3,5
Multi Gestão Dinâmica – FF .....	4 422 861	3 526 154	896 707	25,4
<i>Total</i> .....	<i>344 243 535</i>	<i>299 167 724</i>	<i>45 075 811</i>	<i>15,1</i>

## 34 — Efectivos:

Durante os exercícios de 2003 e 2002, a sociedade teve ao seu serviço, em média, seis funcionários.

## 36 — Comissões de gestão:

Durante os exercícios de 2003 e 2002 foram cobradas as seguintes comissões:

	2003	2002
Comissões de gestão .....	808 615	821 367

## 38 — Proveitos por mercados geográficos:

Todos os proveitos gerados pela actividade da sociedade resultaram de operações realizadas em Portugal.

## 39 — Outros custos de exploração e perdas e ganhos extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2003	2002
Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativos .....	6 850	6 796
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na alienação de imobilizado ....	3 367	6 237
Perdas relativas a exercícios anteriores .....	4 000	5 874
Multas e outras penalidades .....	—	405
Outras perdas extraordinárias .....	77	2
	<u>7 444</u>	<u>12 518</u>
Ganhos extraordinários:		
Excesso de estimativa para impostos .....	—	16 831
Mais-valias na alienação de imobilizado .....	—	30
Ganhos relativos a exercícios anteriores .....	362	70
Outros ganhos extraordinários .....	1	3
	<u>363</u>	<u>16 934</u>

## 41 — Impostos:

A sociedade está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), à taxa de 30% e respectiva derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem vir a ser objecto de revisão por parte da administração fiscal durante um período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações

fiscais da sociedade respeitantes aos exercícios de 2000 a 2003 poderão vir a ser revistas. No entanto, na opinião do conselho de administração da sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

A carga fiscal imputada e a carga fiscal paga e a pagar nos três últimos exercícios tem a seguinte distribuição:

	2003	2002	2001
Provisão para impostos sobre os lucros .....	37 988	62 640	49 851
Imposto sobre os lucros pagos ...	(30 380)	(20 220)	(33 020)
Imposto sobre os lucros a pagar	<u>7 608</u>	<u>42 420</u>	<u>16 831</u>

42 — Nos exercícios de 2003 e 2002, a percentagem dos impostos sobre lucros sobre o resultado de exploração adicionado do saldo dos resultados extraordinários foi de 39,2% e 32,4%, respectivamente.

O Conselho de Administração: *Alberto José dos Santos Ramalheira*, presidente — *António Augusto de Almeida*, vogal — *Pedro Maria Bleck da Silva*, vogal — *Virgílio Manuel Bocvista Lima*, vogal — *Manuel Quelhas Gomes*, vogal. — O Responsável pela Contabilidade, (*Assinatura ilegível*.)

## Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas de MG Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, (que evidencia um total de 1 644 367 euros e um total de capital próprio de 1 464 062 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 58 877 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidade*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas

de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de MG Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector.

Lisboa, 2 de Março de 2004. — O Revisor Oficial de Contas, António Neto Fontão.

### Relatório e parecer do conselho fiscal

Em cumprimento do estabelecido na lei e no contrato da sociedade, o conselho fiscal de MG FUNDOS — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A., vem submeter à vossa consideração o seu relatório e parecer sobre o relatório do conselho de administração e as contas do exercício de 2003.

O primeiro daqueles documentos refere de forma clara os vários aspectos da actividade desenvolvida pela empresa.

O exercício em referência apresenta um resultado que permitiu, mesmo face às condições adversas da conjuntura, oferecer soluções, constituindo alternativas aos nossos clientes de apoio quer financeiro, quer de investimento, embora apresente um valor inferior em 55% relativamente a 2002.

Para tal decréscimo contribuiu a diminuição de juros e proveitos equiparados, de comissões e de ganhos extraordinários; o aumento de comissões pagas, de gastos gerais administrativos, de outros custos de exploração, embora estes tenham sofrido contrapartida da diminuição de amortizações, perdas extraordinárias e impostos sobre os lucros.

O valor de activos sob gestão, com um acréscimo de cerca de 15%, permitiu um aumento da quota de mercado para 1,5%.

Em termos de rentabilidade, comparando com 2002, subiram os seguintes Fundos: MG Obrigações, MG Renda Mensal, MG Obrigações Agressivo, MG Acções, MG Acções Europa, Multi Gestão Prudente — FF, Multi Gestão Equilibrada — FF, Multi Gestão Dinâmica — FF.

Em contrapartida, desceram os seguintes:

MG Monetário, MG Tesouraria, MG Taxa Fixa.

De realçar não se ter verificado a existência de qualquer Fundo com rentabilidade negativa.

Como lhe compete, o conselho fiscal acompanhou a actividade da empresa, analisando a documentação que lhe foi disponibilizada, designadamente as contas intercalares e os passos conducentes ao encerramento das mesmas. Efectuou também reuniões com o conselho de administração com vista à apreciação de problemas específicos. Do director-geral e dos serviços obteve sempre a colaboração adequada.

Não tomámos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os preceitos legais aplicáveis e o contrato de sociedade.

Verificámos a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte; a exactidão do balanço e da demonstração dos resultados.

O conselho fiscal tomou conhecimento: do relatório anual sobre a fiscalização efectuada, elaborado pelo seu vogal, revisor oficial de contas, no cumprimento de disposições legais aplicáveis, em relação ao qual expressa a necessária concordância; da certificação legal das contas, emitida pelo mesmo sem ênfases ou reservas, agradecendo a referência a este órgão, feita no relatório do conselho de administração.

Tomou igualmente conhecimento das certificações legais das contas referentes aos diversos fundos subscritas por um revisor oficial de contas independente.

Considerando o que precede, o conselho fiscal é de parecer que sejam aprovados o relatório do conselho de administração e as contas refe-

rentes ao exercício de 2003, bem como a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 2 de Março de 2004. — O Conselho Fiscal: *Santiago Jorge Alves Planas Almasqué*, presidente — *Vitor da Silva Rui*, vogal — *António Neto Fontão*, revisor oficial de contas e vogal.

### Acta n.º 20 da assembleia geral

Aos 29 dias do mês de Março de 2004, pelas 11 horas, na sede social, Rua General Firmino Miguel, 5, 10.º-B, em Lisboa, reuniram em assembleia geral universal, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, os accionistas da sociedade denominada MG Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.

Estiveram presentes o Dr. Ludovico Lázaro Morgado Cândido, em representação do Montepio Geral — Associação Mutualista, e da Caixa Económica Montepio Geral, conforme cartas mandadeiras que ficam anexas à presente acta e, ainda, os accionistas Dr. Carlos Alberto Pereira Martins, Dr. António Augusto de Almeida e Júlio Botelho de Oliveira Carvalho, estando assim representada a totalidade do capital social.

Aberta a sessão o representante do Montepio Geral propôs, que se acrescentasse um ponto à ordem de trabalhos do seguinte teor: eleição do vogal efectivo do conselho fiscal com funções de revisor oficial de contas.

Estando presentes a totalidade dos accionistas estes deliberaram ao abrigo do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais que a assembleia se pronunciasse e deliberasse sobre o ponto anterior, passando a ser a seguinte a ordem de trabalhos:

1 — Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 apresentado pelo conselho de administração, bem como sobre o relatório e parecer do conselho fiscal;

2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo conselho de administração;

3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4 — Discutir e deliberar sobre os relatórios dos fundos geridos pela sociedade e sobre os respectivos relatórios do revisor oficial de contas;

5 — Eleição do vogal efectivo do conselho fiscal com funções de revisor oficial de contas;

6 — Deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

O presidente da mesa foi secretariado pelo secretário Dr. José Alexandre Saraiva Rua.

Entrando no ponto 1.º da ordem de trabalhos, foram analisados, colocados à votação e aprovados, por unanimidade, o relatório e contas da sociedade relativos ao ano de 2003, bem como o relatório e parecer do conselho fiscal referentes ao mesmo exercício.

O Dr. Carlos Alberto Pereira Martins propôs um voto de louvor, apreço e consideração ao Dr. António Neto Fontão, que cessa as suas funções como vogal do conselho fiscal, pela forma competente, desinteressada, esforçada e eficiente como exerceu as suas funções.

Posta esta proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e aclamação. O presidente do conselho fiscal associou-se pessoalmente, e em representação deste órgão a este voto.

No que respeita ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, foi colocada à votação a proposta de aplicação de resultados, que foi aprovada por unanimidade, sendo 5887,70 euros para reservas legais, 29,29 euros para reservas livres e 52 960 euros para dividendos.

No que respeita ao ponto 3.º da ordem de trabalhos a assembleia geral deliberou, por unanimidade, aprovar a actividade desenvolvida pelo conselho de administração e pelo conselho fiscal no exercício de 2003. A assembleia geral deliberou ainda aprovar um voto de confiança no conselho de administração e seus membros, extensivo ao conselho fiscal e seus membros, bem como um voto de louvor aos membros do conselho de administração e conselho fiscal pelo trabalho prestado no exercício de 2003.

Em relação ao ponto 4.º da ordem de trabalhos, foram aprovados os relatórios dos fundos geridos pela sociedade e os respectivos relatórios do revisor oficial de contas.

No que respeita ao ponto 5.º da ordem de trabalhos a assembleia geral deliberou, por unanimidade, eleger para vogal efectivo do conselho fiscal, com funções de revisor oficial de contas, a sociedade Rui Ascensão & Esteves Afonso — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com sede no Campo Grande, 28, 10.º-D, em Lisboa, com

inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, sob o n.º 129, representada pelo Dr. Rui Gonçalves de Ascensão, revisor oficial de contas, identificação fiscal n.º 103496351, com inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 458.

O Dr. Ludovico Lázaro Morgado Cândido, em representação do Montepio Geral — Associação Mutualista, e da Caixa Económica Montepio Geral, propôs que fossem dados os poderes necessários à mesa da assembleia geral para a elaboração da acta correspondente a esta sessão, expressando um voto de louvor pela forma exemplar e eficiente como conduziu os trabalhos desta assembleia, proposta que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a deliberar, o presidente da mesa deu a assembleia por encerrada eram 12 horas, da qual foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo presidente, Dr. António de Seixas da Costa Leal e pelo secretário, Dr. José Alexandre Saraiva Rua.

(Sem assinaturas.)

2005087467

## SONAE INDÚSTRIA — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

### Relatório n.º 1-AV/2007

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 57 048/20021018; identificação de pessoa colectiva n.º 506035034; número e data da apresentação: 1859/4 de Julho de 2005.

Carlos Alberto de Moura Lourenço, primeiro-ajudante da Conservatória do Registo Comercial da Maia:

Certifica que ficou depositada na pasta respectiva, toda a documentação referente à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício do ano de 2003, bom como os referentes às contas consolidadas do mesmo exercício, cuja publicação integral se solicita.

Conferida, está conforme.

Conservatória do Registo Comercial da Maia, 23 de Abril de 2005. — O Primeiro Ajudante, Carlos Alberto de Moura Lourenço.

### Relatório e contas de 2004

#### Relatório do conselho de administração

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos da sociedade vimos apresentar a VV. Ex.<sup>as</sup> o relatório e contas referentes ao exercício de 2004.

O relatório e as demonstrações financeiras que aqui apresentamos referem-se exclusivamente à actividade individual da sociedade, sendo os aspectos relativos à actividade das participadas, tratados em relatório próprio.

#### 1 — Enquadramento conjuntural dos negócios

No ano de 2004 assistiu-se a uma melhoria do posicionamento da Sonae Indústria no negócio dos painéis derivados de madeira, permitindo um fortalecimento da situação financeira da empresa, bem como da rentabilidade da mesma, fruto de uma melhoria significativa no desempenho operacional.

A melhoria do desempenho operacional caracterizou-se pela conjugação de três factores: volumes, preços e custos.

No que respeita ao negócio dos painéis, em termos de volumes registou-se um crescimento de 12,8%, em que todas as geografias, excepto o Brasil, deram contributos positivos. A África do Sul e a Alemanha registaram crescimentos superiores a 20%, a França cerca de 18% e a Península Ibérica de 11%. Por linha de produto todos os produtos registaram crescimento de vendas com especial destaque para o OSB que teve um crescimento de 33,6%.

Em termos consolidados, o preço médio de venda cresceu 3,2%. Desde o fim de 2003 que vínhamos a assistir a uma melhoria gradual dos preços. Em meados de 2004 o preço médio consolidado ainda estava inferior ao do mesmo período de 2003, situação que se inverteu durante o 2.º semestre de 2004.

Do lado dos custos variáveis, globalmente, o custo da madeira foi o que teve o comportamento mais negativo fortemente influenciado pelas subidas registadas no Brasil e no Canadá. Do lado dos produtos químicos, apesar dos acréscimos verificados no 2.º semestre de 2004

devido à subida do preço do petróleo, em termos anuais o seu custo não sofreu variação significativa.

Do lado dos custos fixos, os programas de redução de custos que têm sido implementados estão a dar os seus frutos, verificando-se uma redução de 6,7% nos custos com o pessoal e um crescimento de 4,8% nos encargos gerais. Destes custos, apesar da contabilização como fixos, há uma parte significativa mesmos que estão directamente relacionados com a actividade, que cresceu 9,7%, o valor atingindo revela uma melhoria significativa.

Em termos dos mercados onde a empresa tem presença, o destaque vai para a Alemanha, onde o volume de vendas aumentou cerca de 20%, face ao ano de 2003, tendo a Glunz registado um resultado líquido positivo, pela primeira vez desde há 10 anos, Península Ibérica (com um aumento de 15% na produção de painéis de aglomerado), África do Sul (com um aumento de volume de negócios de 26% e, na fábrica de Panbult, um incremento de 13% na produção) e Canadá (com um crescimento de 13% no volume de negócios e, na parte produtiva, um crescimento de 20% na produção de placas revestidas a melamina) também se destacaram pela evolução conseguida ao longo deste ano, capitalizando sobre um ano de 2003 em que o desempenho havia sido já forte.

Em França e Reino Unido houve também uma melhoria da situação em termos operacionais, com a subsidiária francesa a obter em 2004 um recorde de produção de 1 154 300 m<sup>3</sup>, que se traduz num incremento de 17,6% face a 2003, enquanto no Reino Unido, o destaque vai para a utilização de cerca de 95% de madeira reciclada no processo produtivo, que, apesar de ter estado na origem de alguns problemas, estão a ser tomadas medidas correctivas para os mesmos e houve uma melhoria no volume de negócios desta subsidiária de 2,5% face a 2003.

O Brasil, apesar do excesso de capacidade instalada no mercado e de um 1.º semestre em que o desempenho ficou aquém das expectativas, conseguiu no 2.º semestre do ano recuperar algum desse terreno, permitindo que as vendas em valor tivessem ainda crescido cerca de 10,8%. O custo da madeira e o excesso de capacidade no mercado continuam, a ser os focos de preocupação da Sonae Indústria para este país.

#### Perspectivas dos negócios para 2005

A chave para um negócio rentável em 2005 é a estabilidade da procura. Assistimos em 2004 à recuperação dos preços dos diferentes produtos, devido, essencialmente a um aumento da procura, não só nos mercados naturais onde a empresa actua, mas também nos mercados de exportação.

Esperamos que esta estabilidade se torne realidade em 2005, não sendo previsível qualquer aumento significativo na disponibilidade do produto, nem alteração importante do ambiente competitivo no curto prazo.

Não são esperadas variações significativas nos preços das matérias-primas, após os aumentos no 2.º semestre de 2004, a menos que algum factor exógeno e imprevisível aconteça.

#### 2 — Envolvente económica

As principais economias mundiais evoluíram em 2004 sob indistigável heterogeneidade, em que um dos principais factores para este panorama é a desconfiança dos agentes económicos, por sua vez já saudados de um clima económico liberto de perturbações exógenas — trate-se de instabilidade financeira, de oscilações abruptas nos preços do petróleo, ou da sucessiva eclosão de novos focos de tensão geopolítica. Na verdade, confirmou-se a aceleração do crescimento nos Estados Unidos. O vigor, embora em ténue abrandamento, dos mercados do Japão e da Ásia Oriental. E, na Europa Continental, uma retoma que, se já palpável, persiste em desenvolver-se sob maior lentidão — e ainda distante de uma genuína expansão sustentada. Não obstante, o volume de trocas comerciais a nível mundial veio a registar em 2004 um impulso ímpar em termos históricos (9,5%, após 3,6% em 2002 e 5,1% em 2003). No mesmo tom, o crescimento do PIB mundial evoluiu de 3,5% em 2003 para cerca de 5% em 2004 — níveis todavia provavelmente irrepetíveis nos anos mais próximos, à conta da persistente incerteza global e da titubeante confiança das famílias.

A economia portuguesa emergiu da recessão de 2003 (– 1,2%), com um crescimento real estimado entre 1% e 1,5% consentido pela ligeira recuperação das exportações (7,3%) e pela reanimação da procura interna (1,8% face a – 2,7% em 2003). O que, no entanto, não impediu novo passo divergente face à área do euro (crescimento de 1,8%). Embora os analistas não deixem de assinalar sinais de abrandamento no 2.º semestre — indissociáveis do efeito efemeramente induzido pela realização do Euro 2004 —, a retoma da procura interna veio funda-